

ROBERTO VAZ PINTO

## **POBREZA EM CURITIBA: UM RETRATO ATUAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.º Maurício Serra

CURITIBA

2006

## TERMO DE APROVAÇÃO

ROBERTO VAZ PINTO

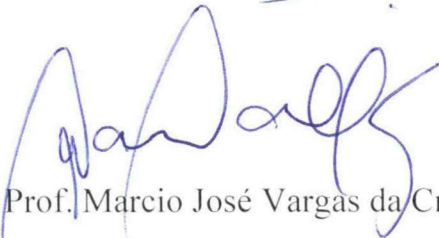
### POBREZA EM CURITIBA: UM RETRATO ATUAL

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

  
Prof. Mauricio Aguiar Serra'  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

  
Prof.<sup>a</sup> Patricia Rosentaski de Oliveira  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

  
Prof. Marcio José Vargas da Cruz  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

CURITIBA

2006

## AGRADECIMENTOS

### **Professor Serra:**

Sua orientação foi chave determinante para que este trabalho chegasse até aqui.

### **Meu Irmão,**

Por ter visto o início desta caminhada, mas infelizmente não comemorara seu fim.

SAUDADES.

### **Margarida e Sarah**

Pelo carinho e companheirismo de sempre

### **Meus pais,**

Por terem me incentivado e acreditado em mim.

## SÚMARIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	iv
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	v
LISTA DE SIGLAS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
<b><u>1 INTRODUÇÃO .....</u></b>	<b><u>2</u></b>
<b><u>2 CONCEITOS E FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA. ....</u></b>	<b><u>4</u></b>
2.1 CONCEITOS DE POBREZA .....	4
2.1.1 POBREZA ABSOLUTA VERSUS POBREZA RELATIVA .....	5
2.2 FORMAS DE MENSURAÇÃO .....	7
2.2.1 RENDA.....	8
2.2.2 NECESSIDADES BÁSICAS .....	10
2.3 PRINCIPAIS INDICADORES DE MENSURAÇÃO DA POBREZA.....	11
2.4 BREVES CONSIDERAÇÕES.....	16
<b><u>3 POBREZA NO BRASIL - UM RETRATO ATUAL .....</u></b>	<b><u>18</u></b>
3.1 A POBREZA EM NÚMEROS .....	18
3.2 A POBREZA POR REGIÃO .....	24
3.3 BREVES CONSIDERAÇÕES .....	32
<b><u>4 POBREZA EM CURITIBA .....</u></b>	<b><u>33</u></b>
4.1 PARANÁ UMA VISÃO GERAL.....	33
4.2 CURITIBA .....	35
4.3 REGIÃO METROPOLITANA.....	42
4.4 RENDA VERSUS NECESSIDADES BÁSICAS.....	48
4.5 BREVES CONSIDERAÇÕES .....	50
<b><u>5 CONCLUSÃO.....</u></b>	<b><u>50</u></b>
<b><u>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</u></b>	<b><u>54</u></b>

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	EVOLUÇÃO DA POBREZA POR CATEGORIA
GRÁFICO 2 -	EVOLUÇÃO DA POBRES NO TOTAL

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -

CURVA DE LORENZ

FIGURA 2 -

LOCALIZAÇÃO DE CURITIBA

## LISTA DE SIGLAS

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia
ICH	- Índice de Carência Habitacional
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INPC	- Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH	- Índice de Pobreza Humana
IPH-M	- Índice de Pobreza Humana Municipal
LP	- Linha de Pobreza
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	- Programa Nacional por Amostra de Domicílios
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
NB	- Necessidades Básicas

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	ATUALIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO PELO INPC PARA OS ANOS DE 1992 A 2004
TABELA 2 -	RELAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO CORRIGIDO PARA OS ANOS DE 1992 A 2004 E PROPORÇÃO DE LP
TABELA 3 -	NÚMERO DE PESSOAS POBRES EM MILHÕES POR CATEGORIA
TABELA 4 -	PROPORÇÃO DE POBRES POR REGIÃO DO PAÍS
TABELA 5 -	NÚMERO DE POBRES EM MILHÕES POR REGIÃO DO PAÍS
TABELA 6 -	RENDA MÉDIA POR REGIÃO
TABELA 7 -	NÚMERO DE PESSOAS E FAMÍLIAS POBRES DISTRIBUIDA POR ZONA
TABELA 8 -	DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA POR MESO REGIÃO
TABELA 9 -	POPULAÇÃO, PIB PER CAPITA, ÍNDICE DE GINI E IDH RMC
TABELA 10 -	TOTAL DE FAMÍLIAS E TAXA DE POBREZA
TABELA 11 -	TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES, PIB PER CAPITA E IDH RMC

## RESUMO

Um dos temas mais debatidos no Brasil e no mundo nos últimos tempos é a pobreza e suas sub-divisões. Existem várias formas de mensuração, conceitos e números para descrever e apresentar esta mazela social que atinge mais de 2/3 da população mundial e, em termos de Brasil, por mais que os números sejam diferentes de acordo com a metodologia aplicada, pode-se afirmar com um certo grau de certeza que temos mais de sessenta milhões de pessoas que estão vivendo nesta situação nos dias de hoje. O presente trabalho tem como objetivo mapear este processo em Curitiba, quais são seus números e onde estão localizadas estas pessoas. As propagandas e programas oficiais desenham uma Curitiba verde, organizada, bem, planejada e pronta para receber o futuro e com ele novos habitantes. A cidade é case de estudo para muitas outras metrópoles nacionais e internacionais, seu transporte coletivo é motivo de prêmios mundo afora, mas esta bonança é resumida para alguns bairros que rodeiam o anel central, sua periferia e região metropolitana não conta com esta qualidade de vida e seus moradores não podem compartilhar do eslogan da cidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pobreza em Curitiba, Pobreza,

## 1 INTRODUÇÃO

Curitiba, a maior e a mais importante Cidade da região sul, sétima maior do país, citada por mais de uma vez pela revista Exame entre as dez melhores cidades do Brasil para se viver, dona de qualidade de vida reconhecida no exterior e também considerada uma das melhores cidades para investimento no Brasil. Suas áreas verdes, sua organização, seu transporte coletivo, sua infra-estrutura, foi utilizada como caso de modelo para muitas outras metrópoles. Dona de um parque industrial importante e imponente que se inicia na década de 70 com a fundação da Cidade Industrial de Curitiba e consolidado com a implantação na década de 90 de três grandes montadoras de automóveis, seus sistemistas e fornecedores. Sua região metropolitana também de importância elevada quando assunto é setor industrial, Araucária com suas empresas petroquímicas detêm uma das maiores rendas per capita do país, muito acima da média brasileira, São José dos Pinhais que recebeu estas montadoras e viu com as mesmas seu crescimento quase dobrar neste período o que elevou sua renda per capita, Rio Branco do Sul com as companhias de cimento, todas com renda per capita acima da média brasileira, fazem com que a renda média para a grande Curitiba seja quase o dobro da média brasileira, ou seja, uma região que podemos considerar rica e onde o problema da pobreza e suas ramificações fosse um mal menor e as vésperas de ser superado.

O presente trabalho tem como objetivo principal desenhar um quadro da pobreza na grande Curitiba, onde está localizada esta massa de pessoas, qual é o quadro atual.

Na primeira parte há uma explanação sobre conceitos de pobreza e suas formas de mensuração. No segundo capítulo será apresentado uma análise de vários trabalhos de diversos autores sobre a pobreza no Brasil nos dias atuais e quais são seus números para no último entrar na cidade sorriso e mostrar quantos infelizmente não podem compartilhar deste slogan.

## 2 CONCEITOS E FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA.

### 2.1 CONCEITOS DE POBREZA

A definição desses conceitos torna-se importante nos estudos da pobreza por nos permitir uma visão mais clara e analítica do objeto de estudo. Tomaremos como ponto de partida o que Rocha (2003 p. 9) nos apresenta “ *Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada*” estas linhas nos permite ter a noção exata da dificuldade de se trabalhar este tema, pois quando se fala em “*necessidades não atendidas*” do que exatamente estamos falando, quais seriam estas necessidades e como defini-las. Afinal o que pode ser necessidade para uns não necessariamente é para outros, as necessidades a serem atendidas para uma família da região Nordeste é diferente das necessidades de uma família da região Sul. Como definir com exatidão quais necessidades são estas e qual é o nível de atendimentos adequados para cada uma. Muitas variáveis devem ser levadas em consideração, saindo do desenvolvimento de uma sociedade à sua cultura e costumes. Para poder trabalhar toda esta complexidade a literatura trabalha basicamente com dois conceitos ou visões: **Subjetivas e Objetivas**.

Na primeira é levada em consideração a visão que cada pessoa tem de si mesmo em relação ao tema. Algumas perguntas são feitas e o indivíduo vai se autotransclassificar pobre ou não, sua opinião será determinante para seu enquadramento social. Para os adeptos desta idéia o que vale é a impressão que o indivíduo tem acerca do que ele acredita ser um grau suficiente de satisfação de suas necessidades.

acreditam que cada indivíduo é capaz de desenhar seu auto retrato e esta é a forma de se distinguir quem é ou não pobre, como coloca Amartya Senn (1978 apud Rodrigo Lobo 2003 p 5) “ *A pobreza, como a beleza, depende do olhar de quem a vê*”.

Na outra ponta estão as pessoas que conceituam a pobreza através de variáveis socioeconômica: renda, habitação, consumo, necessidades de infra-estrutura etc...

É uma forma técnica de se trabalhar o tema, respeita-se às peculiaridades de cada região estudada, delimita-se um padrão, uma linha, e quem se encontrar abaixo deste padrão/limite é considerado tecnicamente um indivíduo pobre.

Ambas são de suma importância, e muitos autores defendem que é fusão delas que será considerado o ideal. O que melhor pode resumir os dois conceitos está contido no que foi escrito por Deepa Narayan (2000 apud Rodrigo Lobo 2003 p 6) “*A pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privações físicas*”.

Estes dois conceitos, apesar de quase levarem ao mesmo caminho, são o início de qualquer trabalho que se tenha como objetivo mensurar a pobreza; é da escolha de qual caminho tomar (objetivo ou não) que se determinará qual abordagem se fará necessária para associar à pobreza; Renda; Necessidades Básicas, Capacidade ou um composto que leve em conta todas.

### **2.1.1 Pobreza Absoluta versus Pobreza Relativa**

Poderíamos dizer que a distinção entre quem é absolutamente pobre e relativamente é mais de caráter acadêmico, mas estaríamos desta forma simplificando e até ignorando a necessidade da discussão. Esta distinção é uma das formas que se utiliza quando do processo de definir prioridades políticas que combatam a pobreza

bem como prioridade para alocação de recursos destinados a combaterem a pobreza. De uma forma resumida teríamos que pobreza absoluta é um fenômeno do antigo “terceiro mundo”, hoje países subdesenvolvidos, e a pobreza relativa é o estado que se encontram pessoas/famílias que vivem nos países em desenvolvimentos ou desenvolvidos.

Pobreza Relativa é uma noção muito próxima ao conceito de desigualdade de distribuição de renda. Delimita-se como pobres relativos, indivíduos que residem em países onde o mínimo vital para sua sobrevivência e integridade física já é garantido pelo governo a todos, educação, saúde e segurança são um bem adquirido, e pobre é quem se encontra na camada inferior da distribuição de renda em comparação com quem se encontra nas camadas superior desta.

Pobreza Absoluta trata-se dos casos onde o mínimo necessário para sobrevivência e integridade física de uma pessoa não é garantido, há riscos de vida ao indivíduo. A discussão sobre distribuição de renda é assunto secundário nestes casos, pois em muitos não há renda a ser distribuída ou ela é tão ínfima (países africanos) que mesmo sendo muito bem distribuída não altera em nada o *statuo quo*.

Para ambos os casos terão críticos e defensores e a discussão sempre fica da subjetividade que os conceitos carregam consigo. Os críticos da adoção do termo absoluto se baseiam principalmente no fato da dificuldade em se delimitar qual seria o mínimo de subsistência e em que níveis estas deveriam ser estabelecidos. Uma tentativa para definir com maior clareza o tema aconteceu em 1995, na Dinamarca, no Encontro Mundial para o Desenvolvimento Social, e ficou conhecido como a Carta de Copenhague, carta esta assinada por 117 países. Nesta declaração ficou estabelecido

que pobreza absoluta “É a condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo: Comida água potável segura, facilidades de esgotamentos sanitários, saúde, abrigo, educação e informação. Não depende somente da renda, mas também do acesso aos serviços sociais” (ONU, 1995, apud Rodrigo Lobo 2003 p 7), esta conceituação vai além da idéia da subsistência mínima, abrange além do caráter nutritivo, do mínimo vital para sobrevivência, engloba a falta de infraestrutura e produtos básicos que deveriam ser de acesso a todos.

Como resumo desta discussão poderíamos dizer que a diferença essencial entre estas duas categorias se resumiria a:

- Pobreza Relativa Indivíduos que fazem parte do universo da população como um todo, isto é, de acordo com o critério vigente de mensuração (Renda, Necessidades básicas, Privação, ou misto destas) se encontram no percentil inferior desta são considerados relativamente mais pobres que os demais, ou seja, os pobres relativos podem conforme o estudo que se empregar não serem considerados pobres.
- Pobreza absoluta refere-se ao contexto em que, ao se estabelecer uma linha de pobreza, todo aqueles que se encontraram abaixo desta linha são considerados pobres. É um estado onde a mudança da forma de mensuração dificilmente irá mudar o quadro.

## **2.2 FORMAS DE MENSURAÇÃO**

Assim como no que concerne aos conceitos de pobreza, quando nos deparamos com o processo de mensuração temos diversas formas de se trabalhar o

problema. As diversas formas de se enxergar este quadro social nos dá uma variedade subjacente de formas de mensurá-la. Basicamente temos 2 formas de se trabalhar o processo de mensurar a pobreza e conseqüentemente chegar a algum denominador comum, vale dizer que todas entram no rol de formas de mensuração tendo em vista a objetividade independente se relativa ou absoluta. São elas: Renda e Necessidades Básicas Insatisfeitas.

### **2.2.1 Renda**

A forma de mensuração mais usada quando se pretende estudar o assunto não que dizer que menos polêmica. Basicamente refere-se ao processo que a partir de algum estudo estipula-se um valor que cubra uma cesta básica que contemple uma série de itens que garanta a um indivíduo sua sobrevivência e um padrão de vida aceitável. Com este valor traça-se uma linha e a partir desta classifica os pobres dos não pobres. Por meio dela também chegamos aos indigentes e não indigentes, uma classificação abaixo da pobreza também conhecida como pobreza extrema, miséria ou pobreza absoluta.

Para estes casos o valor traçado refere-se a um valor que cubra uma cesta alimentar que tenha o mínimo de nutrientes necessários para garantir a integridade física de uma pessoa, ou seja, um valor mínimo que dê ao indivíduo condições de garantir suas necessidades alimentares. Para este grupo não se levam em consideração outras necessidades, apesar de sabermos que uma pessoa precisa ter no mínimo vestuário já que não podemos caminhar nus, habitação para poder viver de forma decente, educação que o permita lutar por uma condição de vida melhor e segurança.

Assim temos que pobres são aqueles abaixo de uma linha pré-estabelecida de pobreza (LP), incapazes, portanto de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade, mas partindo do ponto que sua integridade física no que concerne à nutrição são atendidas. Indigente é por sua vez aquele que possua renda inferior à necessária para atender pelo menos suas necessidades nutricionais.

### **2.2.1.1 Determinação de linhas de pobreza.**

Podemos trabalhar de diversas formas quando se dispõem a estudar a pobreza tendo como forma de mensuração a Renda, mas a primeira pergunta que deve ser indagada é qual seria o valor considerado para determinar as Linhas de Pobreza (LP) e Linhas de Indigências (LI). Na verdade qualquer valor pode ser adotado, será apresentado aqui a principal forma de se estipular este valor, LP arbitrária e a que servirá de base para o estudo proposto neste trabalho.

O pioneiro no uso deste método foi Rowntree (1901 apud Rodrigo Lobo 2003 p 11) que a utilizou para estudar a proporção de pobres em sua cidade natal, York na Inglaterra. De lá para cá muito se estipulou quanto aos valores que deveriam ser levados em consideração. A necessidade de comparação da pobreza a nível mundial obrigou criar uma linha de pobreza universal. O relatório de desenvolvimento mundial (WB 1990) estabeleceu os valores de US\$ 275,00 e de US\$ 370,00 per capita anual, onde os montantes representam preços constantes ajustados para as moedas locais pela paridade do poder de compra (PPC) de 1985.

A maneira mais usual e aceita é de se estipular como linha de pobreza o valor de renda equivalente a US\$ 1,00 ou US\$ 2,00 dia. Este valor foi escolhido por

representar o limiar da pobreza observado em países considerados como sendo os mais pobres do planeta: Indonésia, Bangladesh, Egito, Quênia, Marrocos e Tanzânia.

Não se deve perder de foco que apesar de sua extrema simplicidade e praticidade, esta forma de mensuração tem suas desvantagens, desvantagens estas reconhecidas pelo próprio Banco Mundial, e consiste principalmente em não levar em consideração as variáveis que podemos encontrar quando de um estudo. A pobreza é tratada com uma forma única, diferenças entre áreas rurais e urbanas e até mesmo de regiões dentro de um próprio país, por exemplo, Sul e Nordeste do Brasil, não são levadas em consideração e também ignora a mensuração do auto consumo alimentar, levando em alguns caso superestimar a quantidade de indigentes de uma determinada região.

### **2.2.2 Necessidades Básicas**

Antes e acima de tudo não podemos ignorar o que nos coloca Rocha (2003 p 12) “ As necessidades básicas são, sem dúvida, aquelas relacionadas à sobrevivência física das pessoas”, mas as necessidades básicas vão além do que apenas necessidades nutricionais de uma pessoa, se faz necessário extrapolar estes limites e levar em consideração também suas necessidades de educação, habitação, saúde, vestuário etc... e quando se propõem a estudar a pobreza por este viés se abre a nossa frente diversas possibilidades de contemplação deste fenômeno. Por um lado temos a possibilidade de poder definir quais são as necessidades básicas, umas cestas mais amplas ou mais restritas, levando em conta as peculiaridades da sociedade que estamos considerando e todas suas diversidades.

Aprender a ler e escrever é uma necessidade básica em qualquer sociedade, mas em algumas este item é de acesso a todos, neste caso não podemos considerar o ensino básico para definir quem é ou não pobre, para tanto seria necessário elevar a exigência de alfabetização, estabelecer como limite, por exemplo, o ensino superior e não mais o ensino secundário ou básico, neste ou em outros casos que colocarmos como limite para estudar a pobreza as Necessidades Básicas sempre trataremos a pobreza de forma relativa.

Por outro lado à abordagem NB se distancia da mensuração por renda (LP) por nos permitir estabelecer objetivos e mensurar resultados para a sociedade como um todo, não permitindo sub-dividir uma sociedade, ela será considerada como um todo. E o terceiro ponto a ser colocado é que NB dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza ao reconhecer a inter relação entre as diversas carências.

### **2.3 PRINCIPAIS INDICADORES DE MENSURAÇÃO DA POBREZA.**

Apesar das formas de mensurações acima descritas serem de certa forma desenhadas para se poder comparar a pobreza de uma forma universal, há sempre as dificuldades de se estabelecer uma relação direta entre os resultados apresentados. Como comparar os dados levantados no continente africano, reconhecidamente o continente mais pobre do planeta, com os obtidos na Europa, onde os limites para a mensuração da fome devem ser estipulados levando em consideração a riqueza destas nações? Para poder responder estas questões foram ao longo do tempo montados índices, indicadores que pudessem linear os resultados e possibilitar desta forma as comparações entre todas as partes do mundo, assim como existe o PIB (Produto

Interno Bruto) indicador econômico que permite estabelecer paralelos entre as economias dos diversos países.

Os pioneiros a desenhar um índice único para medir a qualidade de vida de forma universal foram Drewnowsky e Scott em meados da década de 60. Este índice levava em conta especificamente indicadores físicos, de modo a eliminar vieses monetários, cambiais, de preços relativos etc... variáveis indispensáveis quando se trabalha com a renda como parâmetro, e que exercessem uma pressão dificultando a acareação entre países e até inter-regionais em uma mesma sociedade. Infelizmente a dificuldades de se levantar os dados operacionalmente o fez ser abandonado após o estudo em 20 países.

Seguindo o mesmo caminho, porém mais simplificado em (1977) é concebido o PQLI (Physical quality of life index) que reunia num único índice três características consideradas básicas para refletir a qualidade de vida: Mortalidade infantil, esperança de vida com um ano de vida e alfabetização. Para compor o índice, as variáveis eram normalizadas para valores entre 1 e 100, a partir de valores máximos e mínimos estabelecidos com meta para o ano 2.000. Este índice é na verdade o predecessor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que teve sua apresentação pela primeira vez no relatório de desenvolvimento humano (1990) pelo Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento (PNUD) e sintetiza tudo que foi apresentado nos últimos 30 anos.

Consiste basicamente em um indicador que leva em consideração média aritmética simples de 3 indicadores relativos a aspectos fundamentais da condição de vida, são ele: A esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB per capita.

Na sua base o IDH é herdeiro direto do PQLI, mas este se diferencia em dois pontos essenciais.

- a) No IDH o nível educacional passa a ser expresso como uma média ponderada da taxa de alfabetização (peso dois); e da taxa de matrícula no três níveis de ensino (peso um).
- b) Concerne a inclusão do PIB per capita como indicador em substituição a taxa de mortalidade infantil

Desta forma o IDH abandona a restrição à renda como indicador, que caracteriza a abordagem das Necessidades Básicas, mas sem chegar a utilizá-la direta ou indiretamente como linha de pobreza.

Apesar de ter trazido progresso ao processo de indicadores, ele apresentou algumas falhas quando da comparação da pobreza entre diferentes países. Isto porque ao considerar a média dos indicadores ele acaba mascarando situações extremas de bem estar entre os indivíduos, por ex: Se pegarmos o PIB de um determinado país o IDH não permitira avaliar quanto existe de desigualdade de renda naquele país e desta forma acaba não mostrando qual a incidência de pobreza para aquele país. Outra falha, ao compararmos o PIB per capita entre diferentes países podemos acabar caindo no erro de achar que se um país tem renda per capita maior que outro isto represente um maior bem estar de seus cidadãos e respectivamente uma menor incidência de pobreza.

Visando as correções ao IDH o próprio PNUD em 1997 apresenta um outro índice o IPH (Índice de pobreza humana). Este trará uma divisão para mensuração da pobreza nos países em desenvolvimento (IPH-1) e outro para mensurar a pobreza nos países ricos (IPH-2) desta forma procura-se equacionar o problema distributivo

apresentado pelo IDH e levar consideração a privações humanas em que vive cada sociedade. A diferença entre os dois consiste nas variáveis levada em consideração para suas composições.

O IPH-1 leva em consideração apenas aspectos sociais não entrando em sua composição a variável renda, ele é composto de quatro indicadores:

- a) Percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos
- b) Proporção de adultos analfabetos
- c) O resultado da média simples proporção da população sem acesso a água tratada e esgoto.
- d) Proporção de crianças menores de 5 anos com peso insuficiente

O IPH-2 também é composto por 4 indicadores:

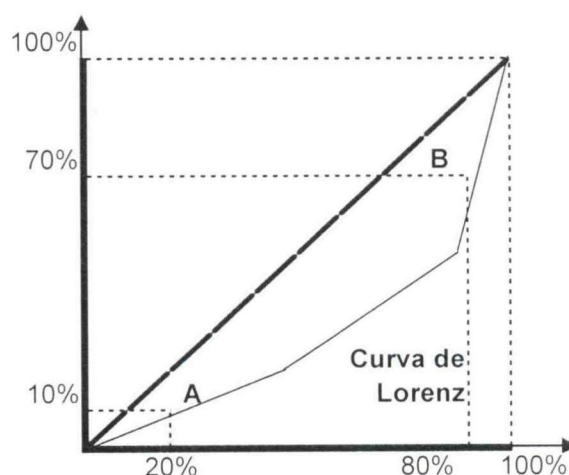
- a) Percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 60 anos
- b) Alfabetização da população, só que para este o que será levado em consideração níveis mais elevados.
- c) Proporção de pobres, isto é, pessoas cuja renda se situe abaixo de 50% da renda mediana do país, e
- d) A taxa de desemprego de mais de 12 meses, vinculando assim o conceito de exclusão social.

O IPH de maneira geral pode resumir a pobreza através de vários prismas, podendo ordená-la em relação a uma combinação de diferentes privações básicas e não apenas uma. Mas este também apresenta limitação e podemos citar como tal à incapacidade de associar a pobreza para um grupo específico de pessoas, ao contrário do que acontece com o nível de pobreza avaliado através da renda. (Rocha 2003)

Também podemos considerar de suma importância para o processo de mensuração pobreza outros 3 itens, com eles podemos acompanhar a evolução da pobreza, suas causas, o que determina o crescimento ou queda dos índices, quais são as variáveis que devem ser melhoradas e quais as políticas que devem ser tomadas: Curva de Lorenz, Coeficiente de Gini e Índice de Theil.

**Curva de Lorenz** - Consiste em uma combinação entre a população e a renda. Seu eixo horizontal representa a população, a qual esta ordem crescente, indo de 0% a 100%, e o eixo vertical exibe a renda deste país, também indo de 0% a 100%. A bissetriz mostra a perfeita distribuição de renda, e a curva abaixo dela, a distribuição de renda neste país, e quanto maior for a área formada entre a curva e a bissetriz maior será a desigualdade de renda. Na figura 1 o ponto A, por exemplo, está indicando que 20% da população recebem 10% do rendimento total neste país e o ponto B indica que 80% da população recebem 70% de toda a renda.

**FIGURA 1 - CURVA DE LORENZ**



**Coeficiente de GINI** - Representa a Curva de Lorenz numericamente, sendo o

resultado da divisão entre a área de desigualdade e a área de plena igualdade. Esse coeficiente mede a distribuição ao longo do tempo no sentido de aumento ou declínio da desigualdade; podendo variar de 0 a 1, apresentando maior grau de concentração de renda quando tem valor 1, e distribuição equinome quando seu valor é 0.

**Índice de THEIL** - Foi formulado em 1967, baseado nos princípios da termodinâmica. Ele merece especial atenção, pois seu valor pode ser decomposto, sendo possível determinar quanto de cada fator influencia na distribuição de renda.

A partir deste índice, pode-se determinar, por exemplo, qual a chance que um cidadão tem de pertencer à classe pobre dependendo de sua escolaridade, ou saber qual é o fator que tem maior influência na distribuição de renda numa certa sociedade, para que se possa maximizar e direcionar melhor os gastos públicos no que tange a melhora das condições de vida da sociedade como um todo. É interessante analisar ainda a decomposição do T de Theil. Dentre os fatores levados em consideração nessa formulação estão: Educação, idade, posição na ocupação, região demográfica, cor e gênero.

## 2.4 BREVES CONSIDRAÇÕES

As dificuldades teóricas que envolvem os conceitos e formas de mensuração da pobreza devem ser levados em considerações quando se pretender analisar o tema. Corre-se o perigo de se encontrar ambigüidade, mas deve-se usar o elemento arbitrário nas descrições da pobreza independente da abordagem que será utilizada e torná-lo o mais explícito possível. Dentro do exposto deve-se tentar usar do bom senso quando da montagem dos indicadores adequados, o que deve ser levado em conta e o objetivo

final do trabalho e desta forma evitar excessos tanto para menos quanto para mais.

Agora que temos mais claros os conceitos e formas de mensuração da pobreza, o capítulo III trará um resumo deste tema no Brasil, uma coletânea de vários autores e trabalhos realizados visando montar um retrato atual deste problema social.

### 3 POBREZA NO BRASIL - UM RETRATO ATUAL

#### 3.1 A POBREZA EM NÚMEROS

O Brasil inicia a década de 90 com uma população estimada de 139,7 milhões de pessoas, destas 64,37 milhões ou 46,07% da população encontravam-se dentro da linha da pobreza ou alguma de suas derivações, e termina o período com mais de 173 milhões de pessoas e 35,70% destas ou 61,8 milhões situadas abaixo da linha da pobreza. é o que nos apresenta um estudo feito por Rodolfo Hoffmann e Ângela Kageyama<sup>1</sup>. Para chegarem a este número os autores arbitram uma linha de pobreza de R\$ 150,00 tendo como base  $\frac{1}{2}$  salário mínimo vigente em Mai-05, ano em que o trabalho foi realizado<sup>2</sup>. Considerando os rendimentos levantados pelas PNAD'S do IBGE nos anos de 1992 a 2004, sempre tendo como referência o mês de setembro de cada ano, estes valores foram atualizados para o valor referência de R\$ 150. Para esta atualização foi tomado como índice o INPC Restrito, que abrange pessoas que tem renda entre 1 e 8 salários mínimos, desta forma utiliza-se o índice que mensura com maior precisão o poder de compra do mais pobres, ao invés do INPC Amplo que acompanha pessoas que tem renda entre 1 e 40 salários mínimos, ou seja mensura uma faixa muito maior de pessoas e que tem renda muito diferente entre si<sup>3</sup>.

Desta forma obtiveram valores para o salário mínimo (setembro de cada ano)

---

<sup>1</sup> Pobreza no Brasil: Uma perspectiva multidimensional - Economia e Sociedade, Campinas v 15, n.1 p79-112

<sup>2</sup> Trabalho efetuado em 2005 e publicado em Mar-06

<sup>3</sup> Ver metodologia completa em Pobreza no Brasil Uma perspectiva multidimensional - Economia e Sociedade, Campinas v 15, n.1, p 79-112

atualizado e proporção da LP para todo o período - tabelas 1 e 2 - o que proporcionou uma uniformidade nos dados e condições de mensurar com um alto grau de exatidão a pobreza para toda a série.

**TABELA 1 - ATUALIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO PELO INPC PARA OS ANOS DE 1992 A 2004<sup>4</sup>**

Mês / ano	INPC base Abr/Mai 2005=1000	INPC Corrigido	Inflator para os rendimentos da PNAD	Salário Mínimo nominal em Real	Salário Mínimo Real <sup>2</sup>
	A	B	C	D	E
set/92	0,000783719	0,00719809	1,389257	0,18989	263,80
set/93	0,015714	0,014887	67,14442	3,4931	234,64
set/95	0,473756	0,477061	2,096169	100,00	209,61
set/96	0,535232	0,536247	1,864811	112,00	208,85
set/97	0,558691	0,559499	1,787314	120,00	214,47
set/98	0,576365	0,576682	1,734058	130,00	225,42
set/99	0,610869	0,61373	1,629214	136,00	221,57
set/01	0,701499	0,704788	1,418867	180,00	255,39
set/02	0,768703	0,774714	1,290799	200,00	258,16
set/03	0,903329	0,905087	1,104866	240,00	265,16
set/04	0,957114	0,957926	1043922	260,00	271,42
set/05	1	1	1	300,00	300,00

Fonte: Angela Kageyama / Rodolfo Hoffmann .

\* Média geométrica de setembro e outubro de cada ano até 2004 e de abril/maio em 2005, incorporando o percentual de 22,25% ao INPC de 1994

(2) - Coluna D multiplicada pela coluna C

No período tomado como base, o valor de R\$ 150,00 é máximo, desta forma faz-se que devido às variações do valor real do salário mínimo e a manutenção de uma

<sup>4</sup> Tabela copiada, Pobreza no Brasil - Uma perspectiva multidimensional - Economia e Sociedade, Campinas v 15, n.1 p79-112

linha de pobreza estática em termos reais, a relação desta linha com o salário mínimo mantenha-se sempre num patamar mais elevado que  $\frac{1}{2}$  salário para cada ano, chegando a 71,80% do salário mínimo em 1996.

**TABELA 2** - RELAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO CORRIGIDO PARA OS ANOS DE 1992 A 2004 E PROPORÇÃO DE LINHA DE POBREZA

Ano/mês	Salário Mínimo Corrigido	Linha de Pobreza	Proporção Linha de Pobreza
set/92	263,80	150,00	0.569
set/93	234,64	150,00	0.639
set/95	209,61	150,00	0.716
set/96	208,85	150,00	0.718
set/97	24,47	150,00	6.130
set/98	225,42	150,00	0.665
set/99	21,57	150,00	6.954
set/01	255,39	150,00	0.587
set/02	258,16	150,00	0.581
set/03	265,16	150,00	0.566
set/04	271,42	150,00	0.553
set/05	300,00	150,00	0.500

Fonte: Angela Kageyama / Rodolfo Hoffmann - Tabulação própria

Além do valor arbitrado pelo autores para LP foram também utilizados para mensuração da pobreza outros três indicadores não monetários que qualificavam os domicílios das pessoas entrevistadas, são eles:

- Água canalizada em pelo menos um cômodo da casa
- A presença de banheiro ou sanitários e
- Luz elétrica no domicílio.

Com os indicadores acima descritos os autores enquadraram a pobreza em três classes, que consistia da união entre a linha da pobreza e mais um, dois ou todos

os itens qualitativos:

**Pobreza Extrema:** Pessoas com renda inferior ao da LP e cujo domicílio não contempla nenhum dos outros itens

**Pobreza tipo I:** Renda inferior, mas pelo menos um dos itens qualitativos em seus domicílios.

**Pobreza tipo II:** Renda superior ao da LP, mas domicílio com menos de dois itens qualitativos.

**TABELA 3 - NÚMERO DE PESSOAS POBRES EM MILHÕES POR CATEGORIA**

Ano/mês	Pobres Tipo I	Pobres Tipo II	Extrema Pobreza	Total
1992	51,14	3,2	10,03	64,37
1993	53,67	2,87	9,51	66,05
1995	46,46	3,25	8,08	57,79
1996	48,27	2,56	6,77	57,6
1997	49,45	2,34	6,78	58,57
1998	48,84	2,35	5,8	56,99
1999	54,12	2,09	5,39	61,6
2001	57,01	2,18	4,13	63,32
2002	57,19	1,96	3,5	62,65
2003	61,07	1,76	3,23	66,05
2004	57,68	1,69	2,61	61,98

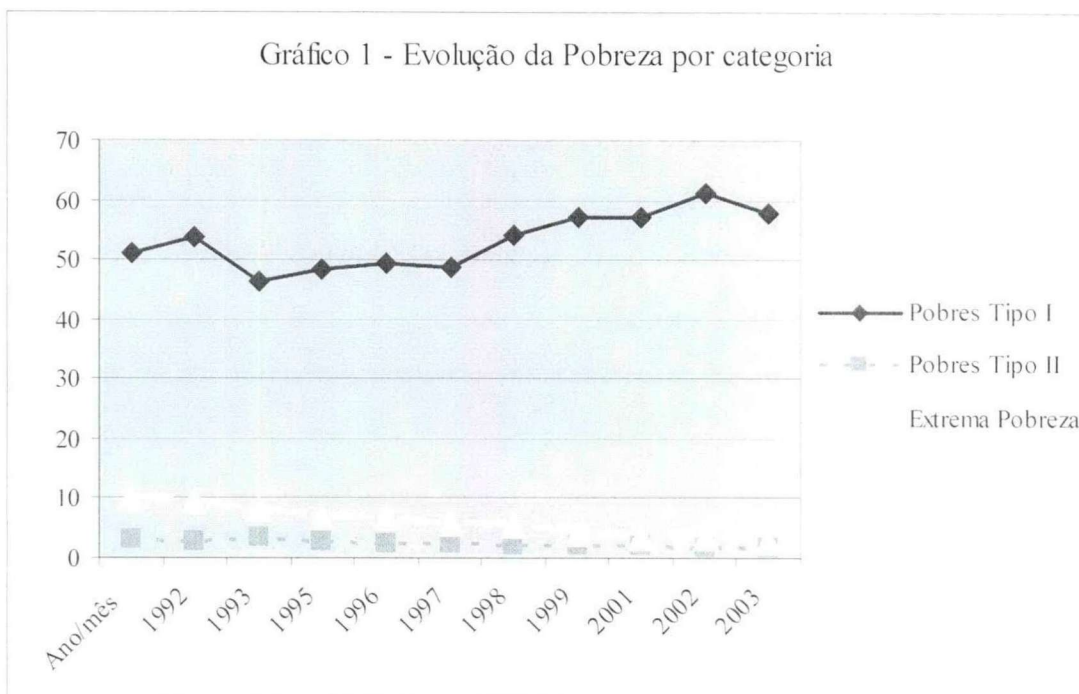
Fonte: Angela Kageyama / Rodolfo Hoffmann - Tabulação própria

De posse destes critérios inicia-se o período com 64,37 milhões de pobres destes 79,45% eram pobres do tipo I, 4,97% pobres do tipo II e 15,58% eram pobres extremos. Podemos perceber nitidamente que a maioria dos pobres se situava nas pontas da estrutura montada, ou seja, as pessoas ou eram pobres TIPO I ou eram pobres extremos, esta tendência ira ser constante ao longo do período variando apenas

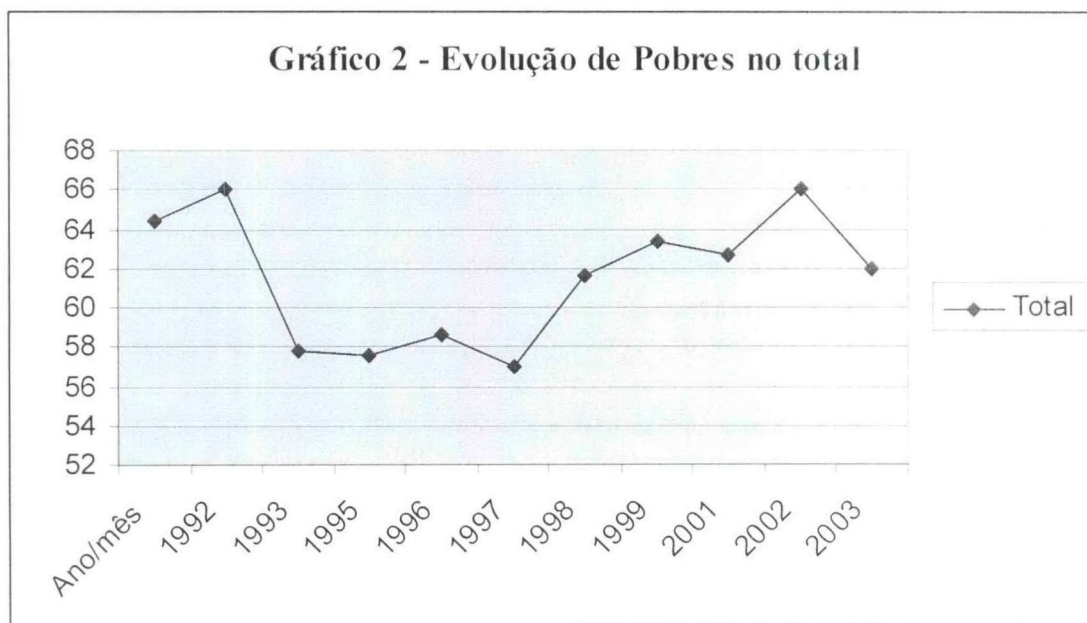
em números absolutos. Analisando a série uma tendência de queda durante os anos de 1992 a 1998 e inversão desta tendência após este ano até 2003 e terminando o período em queda mais mesmo assim acima de 1/3 da população que neste ano era de 181,121 milhões de pessoas.

Outro ponto que devemos nos ater é os extremos desta amostra, considerando a composição de cada grupo notamos que sendo o número de pobres do tipo I em maior quantidade, pode-se afirmar que apesar da renda destes ser inferior a LP os domicílios destas pessoas contavam com pelo menos um dos itens qualitativos, e sendo estes Água tratada, sanitários e luz elétrica, há de se notar que houve como um todo melhora da infra-estrutura e um número maior de pessoas tendo acesso a estes serviços que antes não tinham.

Estas melhorias de infra-estrutura também pode ser constatada nas outras categorias que tem ao longo da série uma redução considerável de pessoas, destaque para pobreza extrema que tem ao longo da série uma redução na ordem de 73,98%, sempre lembrando que para se enquadrar em pobreza extrema os autores usaram o critério de que a pessoa tem renda inferior a LP e em seu domicílio não há nenhum dos itens qualitativos, ou seja, como temos uma redução pode-se concluir que esta queda deve-se ao acesso a infra-estrutura já citada e não aumento de suas rendas.



Fonte: Angela Kageyama / Rodolfo Hoffmann - Elaboração própria



Fonte: Angela Kageyama / Rodolfo Hoffmann - Elaboração própria

### 3.2 A POBREZA POR REGIÃO

Quando mensuramos a pobreza e apresentamos o resultado é claro que a pergunta que não pode deixar de ser feita é: Aonde se encontram os pobres do Brasil? E a resposta é: Eles estão em todas as 5 regiões do país em maior ou menor número, mas nas regiões Norte Nordeste é onde se concentram o maior número de pobres do país, em estudo realizado por Ataliba e Manso tendo como base de mensuração o índice de pobreza e o hiato de pobreza<sup>5</sup> ( para calcular tais indicadores usou-se como referência a Linha de pobreza definida pelo IPEA) de posse destes dados fez-se comparação entre os anos de 2002 e 2004 e chegou-se aos seguintes resultados: O Nordeste apresentava a maior proporção do País (64,8%) e o Sudeste a menor (28,5%). Entre os Estados, a comparação fica prejudicada quando se leva em conta a região Norte, uma vez que os dados de renda pesquisados referem-se apenas às áreas urbanas.

Vê-se que em 2002, Alagoas (70,7%) e Maranhão (70,6%) apresentaram as maiores proporções de pobres do país, enquanto que São Paulo (26,2%) e Santa Catarina (21,3%) os menores índices. O Ceará, com 63% possuía em 2002 o sétimo pior indicador do País, sendo inferior ao índice do Nordeste (64,8%). Todos os estados brasileiros apresentaram uma redução nesse indicador. No entanto, enquanto o índice nacional reduziu-se em -5,6%, o índice nordestino caiu apenas -3,8%, sendo o pior desempenho do País, entre as regiões.

O Ceará apresentou o pior desempenho, entre os estados, reduzindo a

---

<sup>5</sup> Índice de Pobreza: é obtido dividindo-se o número de pessoas consideradas pobres pelo total da população.

proporção de pobres em apenas -2,1%, enquanto que Santa Catarina (-21,3%) e Mato Grosso (-24,3%) tiveram as maiores diminuições. No Nordeste, Sergipe (-8,6%) e Bahia (-7,6%) destacam-se também. O desempenho cearense fez com que piorasse sua posição no cenário nacional saindo da 7ª pior colocação em 2002 para 5ª em 2004. Apesar do índice proporção de pobre ser um importante referencial de estudos sobre pobreza, especialmente devido à sua simplicidade, ele apresenta algumas deficiências que podem levar a interpretações equivocadas. Um dos problemas é sua incapacidade de captar o que está ocorrendo no universo das pessoas consideradas pobres. Suponha que no Maranhão o governo introduzisse medidas que aumentasse a renda dos que ganham R\$ 50,00 por mês, passando-as para R\$ 130,00 valor menor ainda que sua linha de pobreza que é de R\$ 153,00.

Por outro lado, no Rio de Janeiro o governo introduzisse um conjunto de ações que aumentasse a renda dos pobres que ganham R\$ 165,00 mensais para R\$ 170,00, que é pouco superior a sua linha de pobreza (R\$169,00). Comparando as duas situações, percebe-se que a proporção de pobres no Maranhão não sofreria alteração, apesar do aumento expressivo na renda dos mais pobres de R\$ 80,00; mas no Rio de Janeiro, o impacto seria grande a despeito do pequeno aumento de R\$ 5,00. Assim, os jornais apontariam que o Maranhão não teria nenhuma preocupação com os pobres, enquanto o Rio de Janeiro, sim. No caso do Ceará, poder-se-ia pensar então, que seu mísero desempenho estivesse enquadrado nesse exemplo. Nesse sentido, introduz-se nesta análise, o segundo índice, conhecido como hiato de pobreza. Este indicador é útil porque pondera a proporção de pobres pela sua intensidade. Para seu cálculo, toma-se a diferença entre a linha de pobreza e a renda média dos indivíduos pobres, dividindo o

resultado pela linha de pobreza. Em seguinte, multiplica-se essa razão pela proporção de pobres. Assim, pode-se verificar o que está ocorrendo com a renda das pessoas mais miseráveis entre os pobres.

Verifica-se para o ano de 2002, que o hiato de pobreza no Nordeste é o maior do país, sendo o triplo quando comparado às outras regiões. Alagoas (39,7%), e Maranhão (38,5%) apresentaram os piores valores. Isso significa que o Nordeste além de ter mais pobre é a Região em que a pobreza é a mais intensa. Comparando os dois anos, verifica-se que o Nordeste foi também a região em que este índice caiu com menor intensidade (-8,3%). Os Estados de Goiás (-27,2%) e Mato Grosso (-26,3%) tiveram o melhor desempenho, enquanto Maranhão (-0,4%) e Rio de Janeiro (-0,6%) as menores reduções. O Ceará, com uma queda de -7,3% teve a sexta menor redução, sendo inferior à média do Nordeste (-8,3%). Uma queda expressiva desse índice implicaria que apesar do Estado não ter reduzido fortemente o total de pobres, maior atenção foi dada aos mais miseráveis.

Esses números revelam um grave quadro social no Nordeste, pois seus indicadores de pobreza além de serem os mais elevados do País, caíram com menos intensidade, comparativamente às outras regiões. Quanto ao Ceará, os dados mostram que ele também apresenta indicadores preocupantes quando comparado aos outros Estados.

Tendo como base os estudos feitos por Hoffmann e Kageyama<sup>6</sup> e analisando o mesmo período poderemos confirmar o exposto no parágrafo anterior (tabela 4 e 5 ).

---

<sup>6</sup> Pobreza no Brasil - Uma perspectiva multidimensional - Economia e Sociedade, Campinas v 15, n.1 p79-112

**TABELA 4 - PROPORÇÃO DE POBRES POR REGIÃO DO PAÍS.**

Áreas	2001	2002	2003	2004
<b>Pobres I</b>				
Norte	7,46	7,90	7,92	7,81
Nordeste	44,90	46,04	45,14	46,96
Sul	10,74	10,05	9,73	9,18
Sudeste	18,55	17,5	17,96	17,27
Centro-Oeste	6,61	6,43	6,55	6,07
<b>Pobre II</b>				
Norte	7,57	8,08	7,5	8,52
Nordeste	70,19	72,10	74,51	70,22
Sul	4,36	3,78	4,82	4,07
Sudeste	9,99	7,57	6,72	9,81
Centro-Oeste	6,81	7,44	4,97	6,66
<b>Pobreza Extrema</b>				
Norte	4,05	4,45	4,55	4,97
Nordeste	83,1	85,42	85,36	84,99
Sul	3,66	1,84	1,16	1,73
Sudeste	5,80	6,36	6,16	5,64
Centro-Oeste	2,81	1,82	2,71	2,61

Fonte: PNAD/IBGE 2004 -Elaboração.

Própria

O Nordeste é a região onde se constata o maior percentual de pobres no país nas três categorias, e também e junto com a região norte será a única região onde os números não apresentam queda e nem tendência de queda ao longo dos 4 anos. Ele sai de um patamar em 2001 sofre aumento nos três tipos e mesmo sofrendo em queda em

2004 o novo padrão é mais elevado que o se tinha no início chegando assim à conclusão que o que temos infelizmente é um ingresso maior de pessoas nas zonas de pobreza. Mas deve-se alertar que também se pode ter um quadro positivo desta amostra. Os programas de distribuição de renda do Governo Federal<sup>7</sup> serviram para que algumas pessoas que se encontravam e situações de indigência e miséria tivessem condições de saírem das situações que se encontravam e ingressarem nestas categorias de pobreza. Partindo desta premissa o que se tem é uma mobilidade entre as categorias, pessoas que eram pobres extremos tornam-se pobres tipo II e pobres tipo II alcançam com esta complementação de renda status de pobres tipo I.<sup>8</sup>

Esta mesma situação será notada para a Região Norte, apenas variando os números, para os pobres do tipo I tivemos um aumento de 4,69%, já para as outras duas categorias estes números são mais expressivos os pobres do Tipo II sofrem um aumento de 12,54% e os pobres extremos 22,71%. Esta situação de aumentos não será vista nas outras três regiões o que reforça a tese que estes aumentos não são em sua maioria relativos a pessoas que sofreram quedas em seus padrão de vida mas sim de pessoas que graças a estes programas puderam ainda que timidamente sofrerem melhorias em suas condições de vida.

Para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste o que teremos é tendência de queda da pobreza, as três regiões apresentaram redução nos índices de pobreza em todas as categorias. Enquanto Norte/Nordeste tem aumento de pobres extremos (tab 5) o Sul reduzirá pela metade este índice e em milhares de pessoas este número

---

<sup>7</sup> Bolsa Família e Bolsa escola

<sup>8</sup> Referência tirada de informações divulgadas em jornais e telejornais

aproxima-se do Zero. Nas outras categorias teremos a redução de 6.65% dos pobres do Tipo I e 14.52% do Tipo II. As regiões Sudeste e Centro-Oeste também tiveram seus números de pobres extremos próximo a zero devido à redução que esta categoria sofre neste período.

**TABELA 5 - NÚMERO DE POBRES EM MILHÕES POR REGIÃO**

Áreas	2001	2002	2003	2004
<b>Pobres I</b>				
Norte	4,32	4,62	4,58	4,91
Nordeste	25,60	26,33	27,57	27,09
Sul	2,49	2,16	2,94	2,35
Sudeste	10,58	10,01	10,97	9,96
Centro-Oeste	3,77	3,68	4,00	3,50
<b>Pobre II</b>				
Norte	0,17	0,16	0,13	0,14
Nordeste	1,53	1,41	1,31	1,19
Sul	0,10	0,07	0,08	0,07
Sudeste	0,22	0,15	0,12	0,17
Centro-Oeste	0,15	0,15	0,09	0,11
<b>Pobreza Extrema</b>				
Norte	0,17	0,16	0,15	0,13
Nordeste	3,43	2,99	2,76	2,22
Sul	0,15	0,06	0,04	0,05
Sudeste	0,24	0,22	0,20	0,15
Centro-Oeste	0,12	0,06	0,09	0,07

Fonte: PNAD/IBGE 2004- Elaboração Própria

Se tomarmos como base o rendimento médio mensal por região no ano de 2004 veremos que a região Nordeste confirmará porque é a região mais pobre do País.

Sua renda média (R\$ 144,90) era o equivalente a 46,62% da renda média mensal brasileira para o ano de 2004. Considerando uma linha de pobreza de R\$ 150 a renda média mensal Nordestina fica abaixo desta linha e é a única região que apresenta este quadro mesmo tomando como base a renda média do Norte, a segunda mais baixa para o período. A renda nordestina ficará um pouco acima da metade desta. O único estado que apresentará renda média acima da média nacional será o Sul, com uma renda média 6,73% acima da média brasileira.

**TABELA 6 - RENDA MÉDIA POR REGIÃO**

Brasil e Grandes Regiões	Rendimento Médio Mensal em R\$ <sup>1</sup>
Brasil <sup>2</sup>	313,3
Sul	334,4
Centro-Oeste	291,3
Sudeste	273,4
Norte	244,3
Nordeste	144,9

Fonte: IBGE 2004 - Elaboração Própria

<sup>1</sup> - População de 10 ou mais anos de idade

<sup>2</sup> - Excluída a população rural de Rondônia, Roraima, Amapá, Acre e Amazonas

Em nenhum momento se separou neste trabalho as áreas urbanas das zonas rurais, mas esta deve ser uma preocupação que deve se levada em consideração quando o trabalho tem como objetivo rastrear de forma mais detalhada a pobreza por região. Se assim o fizéssemos teríamos que nas Regiões Nordeste e Norte a proporção maior de pobres situa-se zona rural e que esta constatação se inverte na Região Sudeste e Sul.

Para demonstrar a importância desta separação veja abaixo texto retirado de

um relatório elaborado para o Banco Mundial de Desenvolvimento relatando brevemente a situação da zona rural do Nordeste e afirmando que o Brasil tem o maior número de pobres vivendo em zona Rural de América Latina.

O Nordeste do Brasil é há muito tempo o maior bolsão de pobreza rural da América Latina. Com uma área de 1,6 milhão de quilômetros quadrados – 16 por cento do território brasileiro – o Nordeste tem uma população de 45 milhões de pessoas, 28 por cento do total do país, dos quais 5,4 milhões vivem com cerca de US\$1 dólar por dia e 10,7 milhões com US\$1,6 ou menos por dia. Quase a metade de todas as comunidades rurais está na zona interior semiárida, caracterizada por solos inadequados e secas freqüentes e prolongadas. Os pobres rurais são pequenos agricultores, arrendatários, meeiros, e trabalhadores sem terra. Eles convivem com um clima incerto e mercados instáveis. O seu acesso à terra é distorcido, quase sem qualquer sistema de financiamento rural para atender as suas necessidades. Eles dependem da cultura de subsistência para obter alimentos básicos, criação de animais em pequena escala, alguns cultivos comerciais (principalmente algodão e caju), trabalho agrícola e não-agrícola casual, pensões e remessas de membros da família que moram nas cidades.

(Luiz Coirollo e Túlio Barbosa Brasil pg 25).

Deve-se salientar que teremos pobreza em todas as suas divisões nas zonas rurais das outras regiões, mas que este número não é tão expressivo devido as áreas rurais destas regiões terem suas composições diferente a apresentada no texto. Se no Nordeste a área rural de basicamente de subsistência temos no Sul e principalmente no Centro-Oeste latifúndios com grau de infra-estrutura e mecanização elevadíssimas, o que força o trabalhador braçal tentar a vida nas capitais, invertendo desta forma a localização dos pobres.

### 3.3 BREVES CONSIDERAÇÕES

A pobreza no Brasil está distribuída pelas 5 regiões, sendo que as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores números e índices. Quando se pretende abordar um espaço tão amplo e diversificado quanto o brasileiro qualquer pesquisador corre o risco de cair na armadilha de usar a Renda como proxy de mensuração. Deve-se salientar, porém que este ou qualquer índice estará sujeito a distorções, distorções estas que podem levar a se chegar a resultados diferentes.

## 4 POBREZA EM CURITIBA

### 4.1 PARANÁ UMA VISÃO GERAL.

O Paraná contava com um contingente populacional de 9.501.559 habitantes<sup>9</sup> distribuídos em 399 municípios, 18 associações de municípios e 10 meso regiões. Destes 589.420 famílias ou 2.322.578 pessoas encontravam-se abaixo da linha da pobreza, é o que nos mostra um estudo realizado pelo Ipardes<sup>10</sup>, que utilizou como LP  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Este total de pessoas representava para ano mencionado 24,37% da população total e 20,87% do total de famílias. Do total de famílias pobres 67,07% residem em área urbanas e 32,93% em áreas rurais.

**TABELA 7-** NÚMERO DE PESSOAS E FAMÍLIAS POBRES DISTRIBUIDAS POR REGIÃO POR ZONA

Unidade de Análise	Unidade de Análise	Famílias Pobres
Urbano (%)	85,97	67,07
Rural(%)	17,03	32,93
	Total de Pessoas	Pessoas Pobres
<b>PESSOAS</b>	9.530.071	2.322.078
Urbano (%)	81	65
Rural(%)	19	35

Fonte: IBGE – IPARDES

Podemos constatar que estes números apresentam um número maior de famílias pobres nas zonas urbanas do que na zona rural. Em termos regionais três meso

<sup>9</sup> Censo demográfico de 2000 - IBGE

<sup>10</sup> Ver metodologia completa em Famílias Pobres no Estado do Paraná - Ipardes 2003

regiões concentram a metade das famílias pobres, são elas: Metropolitana de Curitiba (21,85%), Norte Central (16,28%) e Oeste (12,03%), vale destacar também que apesar destas meso regiões concentrarem a metade da população pobre há outras em que os números de famílias pobres superam os 30% em relação ao total de famílias destas regiões são elas: Centro-Sul, Sudeste e Centro Ocidental.

**TABELA 8** - DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA POR MESO REGIÃO

MESO REGIÃO	NÚMEROS DE MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS POBRES	TAXA DE POBREZA
Centro Ocidental	25	32.320	31,64
Centro Oriental	14	46.780	25,79
Centro Sul	29	53.777	36,98
Metropolitana de Curitiba	37	128.801	14,14
Noroeste	61	46.110	23,8
Norte Central	79	95.928	17,4
Norte Pioneiro	46	44.590	27,07
Oeste Paranaense	50	70.929	21,38
Sudeste Paranaense	21	34.904	33,27
Sudoeste Paranaense	37	35.281	25,6
<b>TOTAL</b>	<b>399</b>	<b>589.420</b>	<b>20,87</b>

Fonte: IBGE - IPARDES - Tabulação especial

Mesmo estudo ao analisar a distribuição de famílias pobres segundo as classes do IDH-M dos municípios chega a seguinte conclusão: A uma relação entre municípios que apresentam IDH\_M baixo<sup>11</sup> e proporção de famílias com renda per capita até ½ salário mínimo, levando em consideração estas duas classes temos 288

<sup>11</sup> Considerado IDH-M baixo o município que apresenta IDH-M abaixo de 0,764 que é média do IDH-M do Brasil

municípios do estado e estes abrigam 51,38% das famílias pobres do Paraná. Mas há também famílias pobres em municípios que apresentam o IDH-M considerado alto (mais de 0,800), nesta categoria temos 24 municípios e 21,49% (126.479) famílias e estas, apesar de estarem dentro de municípios com alto grau de desenvolvimento, apresentaram como as demais rendas per capita inferiores a ½ salário mínimo.

## 4.2 CURITIBA

Neste contexto, adentra-se a observar a cidade de Curitiba que é a capital do Paraná, um dos três Estados que compõem a Região Sul do Brasil. Foi fundada oficialmente em 29 de março de 1693, data da criação da Câmara.

Com um PIB de US\$ 12,1 bilhões/ano, tem renda per capita de aproximadamente US\$ 8 mil/ano, contra uma média nacional de US\$ 5 mil/ano

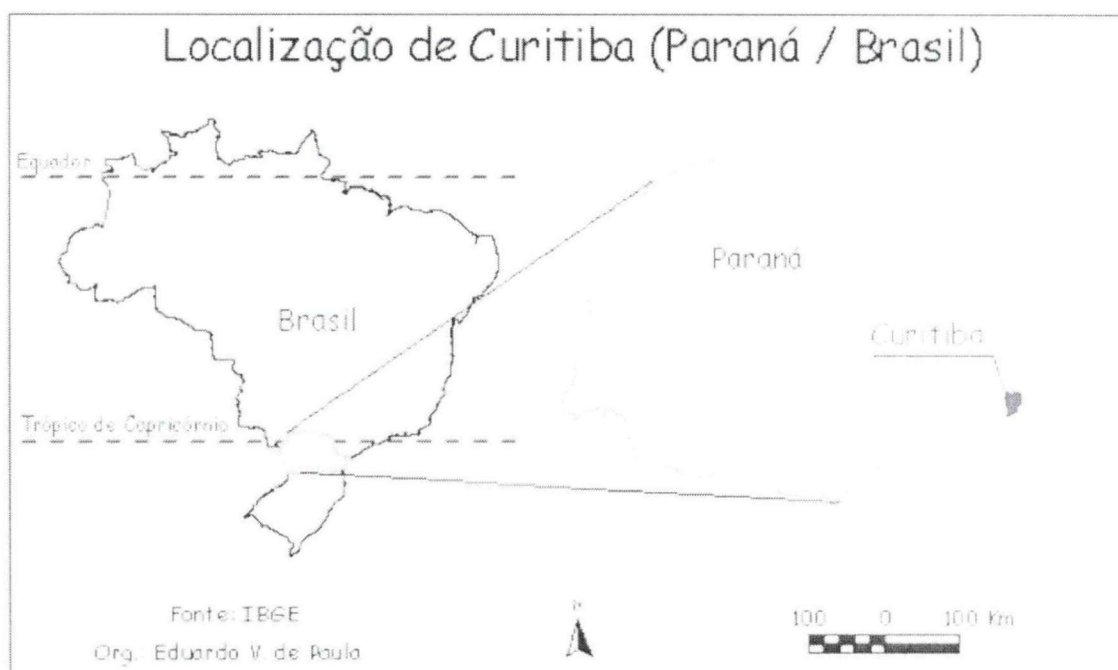
Entre as capitais, Curitiba ficou em 2003 na 10.<sup>a</sup> posição no ranking de maior renda per capita do País. Neste mesmo ano 2003, a soma dos bens e serviços dividida pelo número de habitantes foi de R\$ 9.105,00, pouco acima da média brasileira, que ficou em R\$ 8.694 (Fundação Getulio Vargas)

É a única cidade brasileira a entrar no século 21 como referência nacional e internacional de planejamento urbano e qualidade de vida. Em março de 2001, uma pesquisa patrocinada pela ONU apontou Curitiba como a melhor capital do Brasil pelo Índice de Condições de Vida (ICV).

A cidade apresenta ótimos índices, perfazendo um lugar de condensação de investimentos. O IDHM é de 0,856, e o ICV é de 0,835 , o maior entre as metrópoles brasileiras. A esperança de vida na cidade passa dos 71 anos. 99,9% dos domicílios

são atendidos pela rede de distribuição de energia elétrica, 99,61% pela rede de esgoto e 99,54% são atendidos pela coleta de lixo. 98,61% contam com abastecimento de água. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 2002)

**FIGURA 2** - Localização de Curitiba (Paraná/Brasil)



Fonte: IBGE (2006)

Curitiba nasceu como ponto de parada de tropeiros e sua economia sempre foi voltada para a prestação de serviços. A partir da segunda metade do século passado, a indústria agregou-se ao perfil da cidade e, com isso, a migração inchou a periferia, onde 10% da população do município vive em favelas. Um novo impulso veio com a indústria automobilística, que chegou à região metropolitana nos anos 90, atraída pela posição estratégica de Curitiba em relação às principais capitais do Mercosul. Na vanguarda do planejamento urbano, Curitiba dispõe de um centro cívico e de um bairro industrial, e agora se adapta às transformações econômicas advindas da

globalização.

Uma área da cidade será transformada em distrito financeiro e outra, no extremo oposto do território, em setor tecnológico. Pioneira em educação ambiental, a capital paranaense conta com a Universidade Livre do Meio Ambiente, criada em 1991 (VICENTINI 2001)

O nível de crescimento social global (habitação, saúde, educação e transporte) atingiu 64,59% de satisfação em Curitiba, faltando apenas 35,41% para se alcançar um desenvolvimento ótimo. Embora os índices apontem relativa homogeneidade entre os setores para a cidade como um todo, o mesmo não ocorre na análise intra-urbana, onde se observa diferenças significativas entre os índices parciais

O crescimento populacional e urbanístico de Curitiba, a par de transformar a cidade em moderna metrópole, acarretou também os seguintes fenômenos (ROCHA, 2003):

- Abastecimento de água insuficiente;
- Alta poluição da maioria de seus rios;
- Diminuição da permeabilidade do solo;
- Esgotamento do aterro municipal, localizado no bairro de Caximba;
- Aumento crescente nos índices de criminalidade e violência;
- Alto índice de moradores de rua na região central da Cidade.
- Comprometimento da fluidez viária em razão do incremento permanente da frota de veículos;
- Sub-dimensionamento da rede de transporte urbano, que é incapaz de atender a demanda em numerosas linhas e horários.

No ano de 1996, 61,76% dos bairros, que corresponde a 798.960 habitantes, possuía índice sintético de satisfação das necessidades sociais acima de 60%; sendo que desses, apenas 43% dos bairros possuía índice de satisfação acima do índice sintético da Qualidade de Vida de Curitiba que é 64,59%. Esta situação mostra que apenas metade dos bairros - o que correspondia a 591.765 habitantes - conquistaram benefícios sociais efetivos, próximos a parâmetros elevados de crescimento social .

Evidencia-se, assim a heterogeneidade social que a cidade de Curitiba apresenta, mostrando grande concentração de índices favoráveis no centro urbano e indicadores médios e precários nas demais regiões. Índices superiores a 80% de satisfação não somam mais do que 10 bairros da cidade, o que pode ser entendido como uma má distribuição da qualidade de vida, ou seja, quem usufrui a qualidade de vida, resultado da agregação de diferentes indicadores, é uma população restrita, consolidando um grupo nos moldes tradicionais de elite urbana.

Esta primeira fase de análise demonstra que os achados para o todo da cidade não podem ser considerados válidos para áreas desagregadas. Numa avaliação global, a cidade atinge índices considerados elevados, pois analisa a média dos indicadores, sem especificar a distribuição da qualidade de vida. Num contexto mais específico, de explicitação das realidades locais, através dos bairros, os índices setoriais (saúde, educação, transporte, habitação) e o sintético (aglutinação dos mesmos), expõem uma realidade retalhada por condições heterogêneas de desigualdade e limitação ao acesso aos serviços. A população que observa menores índices é a que mais se distancia do conceito de qualidade de vida e é a que mais depende de intervenção pública (IPPUC, 2000).

Dos 17 medidores (indicadores) utilizados pela Universidade Federal do Paraná na análise geral, cujos limiares empregaram parâmetros de cidades externas, cinco alcançaram nível de satisfação inferior a 60%, sendo eles: Domicílios em Aglomerados Subnormais (45,21%), Baixo Peso ao Nascer (57,30%), Incidência de AIDS (13,89%), Distorção Idade/Série (45,24%) e Acesso a RIT (Rede integrada de Transporte) (49,50%). No setor de habitação utilizou-se três medidores: Domicílios em Aglomerados Subnormais, Pessoas por Domicílios (áreas urbanas) e Domicílios com Coleta de Lixo. A situação mais crítica está no medidor Domicílios em Aglomerados Subnormais. Para este medidor foi estabelecido como limiar máximo (melhor situação) 0,05% e mínimo (pior situação) 13,83%. Curitiba obtém neste item 7,60% como valor empírico, o que a coloca com satisfação de 45,21% quando da obtenção do índice parcial. Isto significa que as chamadas áreas de favela correspondem a 7,6% do total de domicílios existentes na cidade ou 32.689 domicílios e 8,9% da população de Curitiba, ou seja, 131.354 pessoas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2002).

A década de 1980 a 1990 se caracterizou por uma grande expansão da malha urbana. Reforçando a tendência de ocupação radiocêntrica, o crescimento populacional concentrou-se nos bairros periféricos, especialmente ocupados por conjuntos habitacionais para população de baixa renda.

Curitiba é cortada por centenas de rios e córregos e muitos deles já chegam ao município com águas poluídas pelas indústrias e residências precárias dos municípios industriais em seu entorno. Na área municipal existem mais de 100 favelas que ficaram de fora do planejamento urbano implantado desde a década de 70. Essas comunidades

criaram sem contar com serviços públicos como coleta de lixo e água tratada e desmatando áreas de vegetação nativa. Como muitas se localizam às margens de rios e córregos, colaboram para a poluição das águas (BRASIL, 2006).

Nos últimos dez anos a cidade vem se expandindo na direção oeste e sul. Nas demais direções, a mancha urbana ultrapassou os limites municipais, reforçando o processo de conturbação que caracteriza a Região Metropolitana de Curitiba.

O processo de ocupação do espaço de Curitiba revela a articulação entre estrutura social e localização espacial.

O documento Mapa da Pobreza de Curitiba (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2002), identifica as áreas de maior pobreza, cruzando informações referentes à condição do domicílio, saneamento básico, condições sociais do morador e condição dos serviços de educação, saúde e transporte coletivo. De acordo com esse documento, Curitiba possui 45.160 domicílios com chefes de família com renda de até 1 salário mínimo. Neles residem 159.431 pessoas, ou seja, 12,26% da população total do município. Também segundo esse estudo, 62.140 domicílios, que abrigam 231.888 moradores, são considerados precários, seja pelas condições sociais dos moradores, seja pela deficiência em saneamento básico.

A análise dos indicadores confirma que os bairros em melhores condições estão localizados na porção central do município: Centro Cívico, Cabral, São Francisco, Batel, Alto da Glória, Centro, Jardim Social, Hugo Lange, Juvevê e Água Verde (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2002).

Os bairros com maior grau de carência localizam-se ao sul, oeste e no limite norte: Caximba, Ganchinho, São Miguel, Campo de Santana, Augusta, Lamenha

Pequena, Tatuquara, Riviera e Mossunguê, na periferia do município, e Prado Velho, próximo ao centro, onde existe uma grande área de ocupação irregular (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2002).

Ao cruzarmos as informações referentes a crescimento populacional e condições sociais fica evidente:

- a) a existência de um vetor de expansão da ocupação no sentido sudoeste;
- b) a condução desse processo de expansão é feita pela população de baixa renda;
- c) predominam baixos padrões de condições sociais nesse processo de expansão;
- d) existem grandes diferenças intra-urbanas que indicam a desigualdade social da estruturação do espaço da cidade.

Tomando como referência o documento Mapa da Pobreza de Curitiba (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2002), a desigualdade das condições sociais dos bairros pode ser identificada pela comparação entre alguns indicadores: a proporção de domicílios sem canalização interna varia de 0,05%, no bairro Bom Retiro, a 84,03%, no São Miguel; a proporção de domicílios com instalação sanitária ligada à rede de esgotos varia de 0,14%, no Ganchinho, a 97,29%, no Água Verde; a proporção de chefes de domicílio com rendimento de até 1 salário mínimo varia de 3,71%, no Jardim Social, a 59,32%, no São Miguel; a proporção de chefes de família com grau de instrução até a 1ª série do 1º grau varia de 0,58%, no Centro Cívico, a 43,39%, no Caximba.

Cerca de 200 mil pessoas viviam em 122 favelas em Curitiba em 2000, o que coloca Curitiba com a quinta Cidade do Brasil em número de favelas.

### **4.3 REGIÃO METROPOLITANA**

A região metropolitana de Curitiba é composta por 26 municípios, sendo que destes 9 tem fronteiras diretas com a cidade; Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Quatro Barras e São José do Pinhais.

TABELA 9 - POPULAÇÃO, PIB PER CAPITA, ÍNDICE DE GINI E IDH RMC

Municípios da RMC	População	Estimativa 2005	PIB PER CAPTA	IDH	GINI
			2003	2000	2000
Adrianópolis	7.007	5.799	5.394	0,683	0,590
Agudos do Sul	7.221	7.935	5.656	0,712	0,560
Almirante Tamandaré	88.277	109.733	4.447	0,728	0,480
Araucária	94.258	114.648	57.727	0,801	0,480
Balsa Nova	10.153	11.299	17.683	0,781	0,490
Bocaiúva do Sul	9.050	9.841	5.069	0,719	0,550
Campina G. do Sul	34.566	44.103	4.565	0,761	0,500
Campo Largo	92.782	105.474	9.538	0,774	0,500
Campo Magro	20.409	25.596	4.587	0,740	0,500
Cerro Azul	16.352	16.527	5.384	0,684	0,620
Colombo	183.329	224.404	4.559	0,764	0,470
Contenda	13.241	14.494	6.970	0,761	0,560
<b>Curitiba</b>	1.587.315	1.754.904	9.105	0,856	0,590
Doutor Ulisses	6.003	6.631	7.039	0,627	0,570
Fazenda Rio Grande	62.877	86.609	3.527	0,763	0,450
Itaperuçu	19.344	24.725	3.231	0,675	0,510
Lapa	41.838	44.733	9.677	0,754	0,640
Mandirituba	17.540	20.172	8.148	0,760	0,600
Pinhais	102.985	120.195	9.513	0,815	0,490
Piraquara	72.886	98.899	3.391	0,744	0,500
Quatro Barras	16.161	20.017	14.131	0,774	0,540
Quitandinha	15.272	15.807	5.072	0,715	0,620
Rio Branco do Sul	29.341	30.469	13.292	0,702	0,550
São José dos Pinhais	204.316	252.470	20.968	0,796	0,520
Tijucas do Sul	12.260	13.536	5.423	0,716	0,540
Tunas do Paraná	3.611	4.076	4.193	0,686	0,570

Fonte: IBGE - senso demográfico 2.000

Esta gama de municípios soma uma população de mais de um milhão e cem mil o que representa 11,54% da população paranaense, com um pib per capita médio de R\$ 9.000,00 e um IDH médio de 0,737, ambos acima da média brasileira que é respectivamente R\$ 5.105,00 e 0,764.

Em alguns municípios os números de famílias pobres ultrapassam a casa dos 40% do total de famílias e no município Doutor Ulisses este índice é de 57,29% . Comparando com total de pobres do Paraná temos que estes municípios detêm 56,58% do total de famílias pobres.

Se pegarmos apenas os 9 vizinhos de Curitiba (Tab 11) podemos constatar que o número de famílias que vivem com renda per capita abaixo de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo é menor que  $\frac{1}{3}$  do total de famílias, este número apesar de parecer baixo é elevado se levarmos em consideração algumas peculiaridades:

- a) 7 deles apresentam IDH acima de média brasileira
- b) 5 tem pib per capita acima do R\$ 9.000,00
- c) 3 Apresentam pib per capita entre os maiores do Brasil
- d) 1 Apresentam pib per capita entre o 5 maiores do Brasil

TABELA 10 - TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E TAXA DE POBREZA

Municípios da RMC	Total de FAMÍLIAS	Taxa de Pobreza	Nº de FAMÍLIAS Pobres
São José dos Pinhais	58.825	14,03	8.253
Pinhais	30.425	14,18	4.314
Campo Largo	26.412	15,91	4.202
Colombo	51.444	17,34	8.920
Quatro Barras	4.724	17,46	825
Araucária	26.356	17,71	4.668
Fazenda Rio Grande	17.403	20,11	3.500
Campina Grande do Sul	9.693	21,35	2.069
Campo Magro	5.553	21,46	1.192
Balsa Nova	2.960	21,57	638
Almirante Tamandaré	24.446	22,17	5.420
Piraquara	19.768	23,17	4.580
Mandirituba	4.882	26,56	1.297
Contenda	3.722	28,29	1.053
Bocaiúva do Sul	2.544	29,02	738
Lapa	11.933	31,54	3.764
Rio Branco do Sul	8.229	31,87	2.623
Tijucas do Sul	3.472	32,21	1.118
Tunas do Paraná	963	35,35	340
Itaperuçu	5.371	35,64	1.914
Agudos do Sul	1.985	38,91	772
Quitandinha	4.278	41,5	1.775
Adrianópolis	1.988	43,44	864
Cerro Azul	4.502	48,66	2.191
Doutor Ulisses	1.600	57,29	917
Total	333.478		67.947

Levando em consideração estas peculiaridades estes municípios não deveriam apresentar tais números de famílias pobres. Estes municípios não são apenas vizinhos da capital paranaense bem como alguns são extensões desta, chegando em muitos casos serem confundidos com a mesma. O Aeroporto Internacional de Curitiba fica em

São José dos Pinhais, bem como o parque automobilístico<sup>12</sup>, o pólo petroquímico fica em Araucária, estando lá instalada a Refinaria Getúlio Vargas (Petrobrás). em Almirante Tamandaré fica as empresas do cimento e cal, Campo Largo abriga uma fabrica de motores e é um pólo de cerâmica.

Estes municípios e seus pólos industriais fazem com que em Curitiba tenhamos um caso diferente do que acontece em muitas regiões metropolitanas do Brasil, onde as cidades da região metropolitana servem como cidades dormitórios, pois a maioria dos postos de trabalho e demais ocupações se dá na cidade satélite, aqui não, são os moradores de Curitiba que se deslocam para estes municípios para poderem trabalhar pois estas indústrias só perdem em oferta de postos de trabalho para a CIC.

**TABELA 11 - TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES, PIB PER CAPITA E IDH**

Municípios da RMC <sup>1</sup>	Nº de FAMÍLIAS Pobres	Pib Per Capita	IDH
Almirante Tamandaré	5.420	4.447	0.728
Campo Magro	1.192	4.587	0.74
Colombo	8.920	4.559	0.764
Fazenda Rio Grande	3.500	3.527	0.765
Campo Largo	4.202	9.538	0.774
Quatro Barras	825	14.131	0.774
São José dos Pinhais	8.253	20.968	0.793
Araucária	4.668	57.727	0.801
Pinhais	4.314	9.513	0.819
TOTAL	41.294		

<sup>1</sup> 9 Municípios Vizinhos de Curitiba

Fonte: IPARDES

<sup>12</sup> As Fábricas da Audi Wolkswagen Renault e Nissan.

Dos dados apresentados o que chama atenção é o valor de Pib per capita do município de Araucária que é de R\$ 57.727 e um IDH de 0,801 ambos bem acima da média nacional bem como acima dos números apresentados pela cidade de Curitiba, mas que infelizmente não reflete em bem estar e condições para diminuição da pobreza em seu território, 17,71% das famílias vivem abaixo de LP.

A leitura das informações acima evidencia a existência de segregação sócio-espacial em Curitiba; as áreas periféricas são ocupadas pela população com piores condições sociais e as localizações centrais são ocupadas pela população com melhores condições. Utilizando a metodologia adotada pelo IPARDES<sup>13</sup> Curitiba apresentava um total de 42.620 domicílio com famílias cujo a renda per capita era inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, isto equivale a 8,61% do total de domicílios do município e aproximadamente 136.602 pessoas. O mesmo poderíamos dizer de sua região metropolitana, seus índices e renda per capta são dignos de índices para Cidades desenvolvidas, mas infelizmente estes indicadores nada querem dizer quando retratamos a pobreza.

---

<sup>13</sup> Famílias pobre no Paraná - IparDES 2003

#### 4.4 RENDA VERSUS NECESSIDADES BÁSICAS

O presente trabalho tomou como base de mensuração da pobreza a renda, utilizando uma LP de pobreza baseada em  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, vale ressaltar que esta forma de mensuração tem suas limitações, conforme foi retratado no capítulo 1 deste mesmo trabalho. O fator renda é a forma mais prática de se trabalhar a pobreza, com base em uma LP delimita-se quem é e quem não é pobre, quem estiver acima desta linha não é pobre mesmo que a pessoa viva debaixo de um pedaço de papelão, e as pessoas quem estiver abaixo dela mesmo que temporariamente para aquela pesquisa será considerado.

Para Curitiba estas limitações não poderiam ser diferentes, usando exclusivamente este critério temos 42.000 famílias consideradas pobres, isto equivale a dizer que temos aproximadamente 136 mil pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, ou 8,91% da população total. Estamos computando neste número somente a cidade de Curitiba, se somarmos a estes números os valores apresentados por sua região metropolitana chegaríamos a aproximadamente 430 mil pessoas ou 107 mil famílias.

Podemos ter falhas quando usamos este critério, pois não temos como precisar com certeza o universo de pessoas e suas rendas. As perguntas são feitas diretas a pessoas que podem omitir a realidade por diversos motivos. Uma pessoa pode subdimensionar sua renda ou superestimá-la em muitos casos não por má fé mas sim por falta de conhecimento, deve-se ser chamar à atenção que se utilizamos a linha de pobreza abaixo de um salário mínimo estamos trabalhando na verdade com pessoas

que vivem basicamente na economia informal, pessoas que não tem carteiras assinadas e nem condições de comprovar sua renda efetivamente. No Brasil qualquer trabalhador que trabalhe sob regime normal<sup>14</sup> deve no mínimo receber por seu trabalho 1 salário mínimo em vigor estipulado pelo governo federal e em alguns estados pelos governos regionais. O critério renda também é limitado quando o assunto é extrair informações que possam ajudar no combate a pobreza e desenvolvimento de políticas públicas.

Utilizando como critério de mensuração as Necessidades Básicas, se tornaria um trabalho mais polêmico teríamos que iniciar a discussão pelo que poderia ser consideradas Necessidades Básicas para Curitiba e sua região metropolitana. Afinal uma Cidade que é a primeira em Índice de Condição de Vida no Brasil, classificada entre as 10 melhores em IDH, modelo para políticas públicas de urbanismo, considerada como uma das melhores cidades para se viver no país, quais seriam as Necessidades Básicas para esta população, com todas estas qualidades teríamos que adotar Índices de países de primeiro mundo, se adotássemos a educação teríamos que mensurar o número de pessoas no ensino superior, por exemplo, certo? Tendo em vista que a mesma teoricamente apresentaria alto índice de educação entre seus moradores. Infelizmente não é o caso para Curitiba, a cidade que é case de qualidade, tem, aproximadamente 122 favelas distribuídas por 46 bairros da cidade (IBGE 2006), mais da metade de seus bairros são classificados abaixo de índices de qualidade satisfatórios. Temos bairro onde mais da metade dos domicílios não apresentam canalização interna de água. Bairros como Ganxinho que 99% de suas casas não tem instalação sanitária ligada à rede de esgoto, a quinta Cidade em número de favelas no

---

<sup>14</sup> Ver CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Brasil. Reportando apenas a cidade, não será fruto aqui de discussão a sua região metropolitana neste quesito. Com um certo grau de certeza pode-se afirmar que uma pesquisa por renda apontaria as pessoas que vivem nestes bairros e nestas condições de vida como não pobres, mas infelizmente o são e muito, citando apenas estes itens qualitativos e a infra-estrutura suas necessidades básicas não são atendidas. Podem até ter uma dieta calórica mínima, mas sua não pobreza resume-se apenas a isto.

E é justamente estes aspectos que pode ser considerado a maior vantagem da abordagem NB, ela traz um retrato mais fiel da pobreza em uma região. Traçar as NB pode ser ponto de discussões acaloradas, mas é apenas uma fase do trabalho, pode ser a principal, mas uma vez isto superado, os resultados obtidos ajudam a derrubar máscaras, descobrir mentiras, apontar o holofote para feridas abertas escondidas atrás de propagandas, placas de inauguração e principalmente ajudar autoridades a desenvolver políticas públicas para combater a pobreza.

#### **4.5 BREVES CONSIDERAÇÕES**

Este capítulo procurou mapear a pobreza na região de Curitiba, mostramos quadros analíticos desta situação, mapeando a atual situação dos pobres. A boa gestão de diversos prefeitos fez com que Curitiba merecesse os epítetos de cidade ecológica. Primeira cidade de qualidade de vida (ICV) entre as metrópoles brasileiras, cidade da eficácia do transporte coletivo, etc. No entanto, Curitiba é hoje uma megacidade, constituída de um centro pujante, alguns bairros de classe média e alta, porém envoltos por um cinturão de miséria.

As palavras abaixo resumem de uma maneira exemplar o que foi mostrado neste capítulo

(...) a imagem de Curitiba como “Capital Ecológica. Capital de Primeiro Mundo, Laboratório de Experiências Urbanística etc...” seria insustentável se não aludisse a certos aspectos da realidade. Contudo, cabe insistir, essa mesma visão educadora da cidade oculta outros aspectos tão ou mais relevantes para o entendimento da especificidade da tal experiência histórica quanto aqueles que o discurso oficial insiste em veicular. (Oliveira 2000 apud Sidnei Bueno 2003 p 50)

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal apresentar um quadro da pobreza no município de Curitiba. Para tanto primeiro procurou-se entender as formas de mensuração da pobreza à luz de seus limites e contribuições. Detalharam-se os dois principais conceitos de pobreza e as formas de mensuração através de seus índices e maneiras de utilizá-los. Podemos ter números e índices diferentes para uma mesma região dependendo do critério utilizados para mensuração e que não haverá números certos ou errados, assim o indicador ideal dever ser escolhido mediante a:

- a) Que tipo de pobreza que se pretende mensurar (Absoluta ou relativa)
- b) Para que se destinam os dados obtidos (Planejamento, formulação de políticas)
- c) Quais as informações disponíveis (renda, consumo)

Com os conceitos mais claros suas vantagens e desvantagens procuraram-se demonstrar qual é o retrato brasileiro atual, quais são os números e localização das pessoas pobres por região. Abriu-se mão do critério Renda através de uma linha de pobreza única para as 5 regiões, o correto seria ter arbitrado um valor para cada região, respeitando as peculiaridades de cada região e seus custos de vida. Verificou-se que o Brasil tem 1/3 de sua população vivendo em situação de pobreza, que o Nordeste apresenta o maior índice de pobreza do país e a pobreza mais intensa. Maranhão é o estado mais pobre, Santa Catarina possui o menor índice de pobres no país, e os outros 2 estados do Sul também apontam índices baixos de pobreza. Não se separou o dado entre zonas urbanas e rurais mais se fez uma observação que tal distinção é importante.

Dentro do objetivo do trabalho, que era o mapeamento da pobreza em Curitiba verificou-se que a Cidade é dona de uma qualidade de vida, urbanismo e infraestrutura compatível com cidades de primeiro mundo, mas estas qualidades que a transformaram em cidade modelo não são para todos e nem está presente em todos os locais. Sua periferia é excluída do processo urbanístico, fruto de um planejamento efetuado na década de 60 que não contemplava estas regiões. Este projeto inicial - plano Agache - vislumbrava uma urbanização central racional e organizada e cuidava apenas dos bairros mais próximos. Hoje é possível visualizar esta diferença entre centro e periferia, temos locais apresentando índices próximos a 100% em vários itens qualitativos, como moradia, saneamento, esgoto e Luz Elétrica, podemos citar entre eles Água Verde, Batel, Cabral, Juvevê e na outra ponta através do estudo realizado encontramos Bairros que são a antítese, Ganchinho com 99% dos domicílios sem esgoto tratado, São Miguel onde metade dos chefes de famílias recebem até um salário mínimo por mês e tantos outros pontos que poderíamos citar.

Utilizando o critério Renda com uma linha de pobreza de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, conclui-se que Curitiba e sua região Metropolitana apresentam aproximadamente 430 mil pessoas, (107 mil domicílios) vivendo nesta situação, deve-se salientar que o PIB per capita , para toda a região é maior que a média brasileira, ou seja, podemos usar para Curitiba o que é dito sobre o Brasil: “Não é uma cidade pobre mais sim uma cidade de pobres”. Não foi trabalhado o processo de NB neste trabalho, mas é possível concluir-se que os números apresentados teriam uma tendência de serem maiores se tal critério fosse instituídos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, J. Pobreza e mercados no Brasil. In: CEPAL. Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL/DFID, 2003.

BRASIL. Análise da Pobreza no País. [http://www.observatorio.org.br/noticias/noticias\\_01.php](http://www.observatorio.org.br/noticias/noticias_01.php). acesso em 24 de setembro de 2006.

BRASIL. Pobreza e Fome no Brasil. [WWW.IBGE.GOV.BR](http://WWW.IBGE.GOV.BR). Acesso em 21 de setembro de 2006

CURITIBA. [http://www.curitiba.pr.gov.br/Cidade/hist\\_fundacao.htm](http://www.curitiba.pr.gov.br/Cidade/hist_fundacao.htm). Acesso 25 de setembro de 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Curitiba. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso: 29 set 2006.

Índices de pobreza. [www.eco.unicamp.br/](http://www.eco.unicamp.br/) Acesso em 26 de setembro de 2006

IPARDES. Famílias pobres no Paraná 2003

IPEA. Desigualdade e pobreza no Brasil Rio de Janeiro Editora IPEA 2000

IPPUC. Qualidade de Vida em Curitiba (1996 e 2000). Vol.1 e 2, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2000.

LOBO, RODRIGO A evolução da pobreza nas regiões metropolitanas ( 1990-2001): Um estudo prático sobre as suas formas de mensuração. Dissertação de Mestrado. Orientada por Prof. Mauricio Aguiar Serra

REDAÇÃO TERRA. A Miséria no Brasil. [WWW.FGV.COM.BR](http://WWW.FGV.COM.BR). Acesso em 28 de outubro de 2006

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV Editora,

2003.

SANTANA, C. J. M. **Estado assistencial e pobreza social** Monografia aprovada no curso de Graduação em História da UFPR. Dez. 2005. Orientada por Prof.º Luiz Carlos Ribeiro.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ/INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL/INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. Mapa da pobreza de Curitiba. Curitiba: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2002.

VICENTINI, Y. Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: UFPR, n. 03, jan./jun. 2001.

KAGEYAMA ANGELA E HOFFMANN RODOLFO Pobreza no Brasil: Uma perspectiva multidimensional - Economia e Sociedade, Campinas v 15, n.1 p79-112